



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

**Brasil**  
**13ª Rodada**

Áreas com  
**Acumulações  
Marginais**

## Seminário Jurídico-Fiscal Conteúdo Local

Michelle Steenhagen

- **Aspectos Institucionais da Política de Conteúdo Local**
- **Estrutura da Cláusula 16ª do Contrato – Conteúdo Local**
  - **Compromisso do Concessionário;**
  - **Aferição de Conteúdo Local;**
  - **Isenção do Cumprimento de Conteúdo Local;**
  - **Excedentes de Conteúdo Local;**
  - **Multa no Descumprimento de Conteúdo local.**

# Aspectos Institucionais

CNPE



MME (SPG)



ANP (CCL)

## Política de Conteúdo Local

**Política de estado**, no âmbito do setor de Óleo & Gás, com o intuito de aumentar a participação de empresas estabelecidas no Brasil no fornecimento de bens e serviços, em **bases competitivas**, visando a expansão de segmentos da indústria nacional, o desenvolvimento tecnológico do País, a capacitação de recursos humanos e a geração de empregos e renda.

# Estrutura da Cláusula 16ª

## Compromisso do Concessionário

- Estabelece os compromissos mais gerais relacionados ao cumprimento dos percentuais de conteúdo local, assim como a preferência de contratação de fornecedores brasileiros.

## Aferição do CL

- Estabelece a forma de comprovação de conteúdo local de bens e serviços

## Isenção de Conteúdo Local

- Aponta a possibilidade de isenção de compromissos de CL e condições para sua solicitação.

## Excedente de CL

- Possibilita a transferência de eventuais excedentes de CL da Fase de Reabilitação para a Fase de Produção.

## Multa no Descumprimento CL

- Define as diretrizes e procedimentos para cálculo de multa no caso de descumprimentos dos compromissos de CL.

# Estrutura da Cláusula 16ª

## Compromisso do Concessionário

- Estabelece os compromissos mais gerais relacionados ao cumprimento dos percentuais de conteúdo local, assim como a preferência de contratação de fornecedores brasileiros.

✓ **Simplificação do texto, mantendo as mesmas determinações do contrato anterior.**

### Compromisso do Concessionário com o Conteúdo Local

#### 16.1 O Concessionário deverá:

16.1.1 Cumprir o compromisso de Conteúdo Local disposto no Anexo IX.

16.1.2 Assegurar preferência à contratação de Fornecedores Brasileiros, sempre que suas ofertas apresentem condições de preço, prazo e qualidade mais favoráveis ou equivalentes às de fornecedores não brasileiros.

#### 16.2 Os procedimentos de contratação de bens e serviços direcionados ao atendimento do objeto deste Contrato deverão:

- a) Incluir Fornecedores Brasileiros entre os fornecedores convidados a apresentar propostas;
- b) Disponibilizar as especificações da contratação e todos os demais documentos e correspondências não técnicos também em língua portuguesa às empresas brasileiras convidadas;
- c) Aceitar especificações equivalentes, desde que sejam atendidas as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.

16.3 A contratação de bens e serviços fornecidos por Afiliadas está igualmente sujeita às especificações desta Cláusula Décima Sexta, exceto nos casos de serviços que, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, sejam habitualmente realizados por Afiliadas.

# Estrutura da Cláusula 16ª

## Aferição do CL

- Estabelece a forma de comprovação de conteúdo local de bens e serviços.

- ✓ Alterada a cláusula que previa a obrigatoriedade de certificados para comprovação da aquisição local de bens e serviços.
- ✓ Retiradas as cláusulas que exigiam um mínimo de 10% de Conteúdo Local para que bens e serviços fossem considerados nacionais.

## Aferição do Conteúdo Local

16.4 Para fins de aferição, o Conteúdo Local dos bens e serviços deverá ser expresso percentualmente em relação ao valor do bem ou serviço contratado.

16.4.1 O Conteúdo Local dos bens e serviços deverá ser comprovado à ANP por meio da apresentação de documento nos termos da Legislação Aplicável.

16.5 Para a determinação do Conteúdo Local, os valores monetários correspondentes às contratações de bens e serviços serão atualizados para o mês e ano em que se efetivar a verificação do cumprimento do disposto nesta Cláusula, utilizando-se o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas ou outro que o venha a substituir.

# Estrutura da Cláusula 16ª

## Isenção de Conteúdo Local

- Aponta a possibilidade de isenção de compromissos de CL e condições para sua solicitação.

### Isenção do Cumprimento de Conteúdo Local

A obrigação de comprovar as condições que provocaram a solicitação de isenção do compromisso já existiam, mas foram enfatizadas.

**16.6** A ANP isentará o Concessionário do cumprimento do Conteúdo Local com o qual se comprometeu em relação à contratação de um determinado bem ou serviço, especialmente quando comprovar:

- a) não existir Fornecedor Brasileiro para o bem adquirido ou serviço contratado;
- b) que todas as propostas recebidas de Fornecedores Brasileiros apresentam prazo de entrega excessivos em relação a congêneres não brasileiros;
- c) que todas as propostas recebidas de Fornecedores Brasileiros apresentam preços excessivos em relação a congêneres não brasileiros; ou
- d) haver substituição de dada tecnologia para a qual não haja oferta com Conteúdo Local, caso em que a isenção do cumprimento de Conteúdo Local aplica-se somente aos bens e serviços substituídos pela nova tecnologia.

**16.6.1** O Concessionário obriga-se a comprovar a presença das condições de que trata o *caput* deste parágrafo previamente à decisão da ANP quanto à isenção.



# Estrutura da Cláusula 16ª

## Isenção de Conteúdo Local

- Aponta a possibilidade de isenção de compromissos de CL e condições para sua solicitação.

✓ **Inserida nova cláusula detalhando as condições para a solicitação da isenção.**

**16.7** A solicitação de isenção deverá ser feita de maneira circunstanciada e apresentada à ANP durante a vigência da fase em que se pretende a isenção, devendo o Concessionário, comprovar, no mínimo, cumulativamente, que:

- a) garantiu condições amplas e equânimes de concorrência em relação a congêneres não brasileiros, quando da realização de convites para apresentação de propostas de fornecimento e/ou tentativas de contratação junto a Fornecedores Brasileiros;
- b) adotou o Conteúdo Local como critério de seleção, quando da realização de convites para apresentação de propostas de fornecimento, mas a correspondente contratação não se deu com Fornecedores Brasileiros em decorrência destes não terem atendido aos requisitos de preço, prazo de entrega ou qualidade; e
- c) manteve-se informado, mediante busca de informações atualizadas junto a associações ou sindicatos empresariais afins, ou entidades de notório conhecimento do assunto, sobre a existência de Fornecedores Brasileiros aptos a apresentarem propostas de fornecimento.



# Estrutura da Cláusula 16ª

## Excedente de CL

- Possibilita a transferência de eventuais excedentes de CL da Fase de Reabilitação para a fase de Produção.

✓ **Simplificação do texto, mantendo as mesmas determinações do contrato anterior.**

### **Excedente de Conteúdo Local |**

- 16.8 Caso o Concessionário supere o Conteúdo Local com o qual se comprometeu na Fase de Reabilitação, o valor excedente, em moeda corrente nacional, poderá ser transferido para a Fase de Produção.

# Estrutura da Cláusula 16ª

## Multa no Descumprimento CL

- Define as diretrizes e procedimentos para cálculo de multa no caso de descumprimentos dos compromissos de CL.

✓ **Mantém a mesma forma de cálculo, com uma pequena mudança nas parcelas da fórmula**

### Multa pelo Descumprimento do Conteúdo Local

16.9 O descumprimento do Conteúdo Local sujeitará o Concessionário à aplicação de multa, o qual será calculado sobre o valor monetário descumprido, aplicando-se o seguinte percentual, conforme o caso:

$M = 1,143NR(\%) - 14,285$   
 $8/7 = 1,143$   
 $1/7 = 0,14285$   
A fórmula anterior as variáveis estavam em % o que obrigava a multiplicar por 100 a ultima parcela

- a) Caso o descumprimento do Conteúdo Local seja igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do percentual exigido no Anexo IX:  $\frac{8 \cdot NR - 1}{7}$ , em que NR é o Conteúdo Local Não Realizado; e
- b) Caso o descumprimento do Conteúdo Local seja inferior a 65% (sessenta e cinco por cento): 60% (sessenta por cento).

# Estrutura da Cláusula 16ª

## Multa no Descumprimento CL

- Define as diretrizes e procedimentos para cálculo de multa no caso de descumprimentos dos compromissos de CL.

✓ **Exemplo:** CL Compromisso = 70%

CL Atingido = 50%

$NR = (50-30)/70 = 0,7143 = 71\% > 65\%$

➤ **Fórmula anterior:**  $M(\%) = 1,143 \text{ NR}(\%) - 14,285$

$M(\%) = 1,143 * 71,43 - 14,285 = 67,3\%$  a ser aplicado pelo valor monetário descumprido

➤ **Fórmula atual:**  $M(\%) = \frac{8 \text{ NR} - 1}{7}$

$M(\%) = \frac{8 * 0,7143 - 1}{7} = 0,67 * 100 = 67,3\%$  a ser aplicado pelo valor monetário descumprido

# Estrutura da Cláusula 16ª

## Multa no Descumprimento CL

- Define as diretrizes e procedimentos para cálculo de multa no caso de descumprimentos dos compromissos de CL.

✓ **Novas Cláusulas inseridas para que a apuração de infrações relacionadas ao não cumprimento de CL acarretem imediata apuração.**

- 16.10 O Concessionário deverá apresentar à ANP, no prazo e forma previstos na Legislação Aplicável, documento escrito contemplando a consolidação do cumprimento do compromisso de Conteúdo Local e refletir eventuais ajustes, transferências e isenções porventura aprovadas.
- 16.11 Caso a consolidação indicada no parágrafo anterior evidencie o não cumprimento dos compromissos de Conteúdo Local, o Concessionário deverá apresentar defesa no prazo de 15 dias ou apurar o valor da multa devida e realizar o respectivo pagamento, sem prejuízo da ação fiscalizatória da ANP, mediante a revisão dos cálculos, a lavratura de auto de infração e a cobrança das diferenças devidas.
- 16.12 O valor da multa deverá sofrer atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) até a data em que realizado o efetivo o pagamento.
- 16.13 Na hipótese de o Concessionário não adotar os procedimentos previstos nos parágrafos 16.10 a 16.12, a ANP instaurará procedimento para a apuração do valor da multa, conforme regras a serem definidas pela ANP, sem prejuízo da aplicação de quaisquer outras penalidades.
- 16.13.1 Enquanto não editadas as normas específicas a que se refere o item acima, será adotado o rito previsto no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, no que couber.



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

**Brasil**  
**13ª Rodada**

Áreas com  
**Acumulações  
Marginais**

**Obrigado!**